



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

20 de Setembro de 2024

Elaborado por: Serviço de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

Presidente João Lourenço fala com Paul Kagame sobre paz na RDC

O Chefe de Estado, João Lourenço, manteve na manhã desta quinta-feira, uma longa conversa telefónica com o homólogo do Rwanda, Paul Kagame, no quadro dos esforços que Angola tem vindo a desenvolver para a solução da crise de segurança na República Democrática do Congo (RDC).

Segundo informações partilhadas pela Presidência da República, a conversa entre os dois estadistas, mantida ao telefone, decorreu no quadro dos esforços que Angola tem vindo a desenvolver para a solução da crise de segurança na RDC.

Neste sentido, o Presidente da República orientou, na manhã de ontem, o ministro das Relações Exteriores, Tété António, na qualidade de seu enviado especial, a deslocar-se a Kinshasa, para entregar uma mensagem ao homólogo da RDC, Félix Tshisekedi.

O diálogo com Paul Kagame e a recepção de Félix Tshisekedi ao ministro Tété António acontece há sensivelmente seis dias desde a realização da 4.^a Reunião Ministerial que juntou, em Luanda, as delegações da RDC e do Rwanda, sob mediação de Angola.

Uma mensagem do Presidente João Lourenço foi entregue ontem à tarde, em Kinshasa, ao Chefe de Estado

congolês, Félix Tshisekedi, pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António. A mensagem, cujo teor não foi divulgado, foi entregue na presença do director para África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério das Relações Exteriores, Jorge Cardoso, e do embaixador de Angola na República Democrática do Congo, Miguel da Costa, e outros altos funcionários do aparelho Central do Estado.

A nota do MIREX destaca a solidariedade que o Chefe de Estado angolano tem exprimido para com o povo e o Governo congolês e o aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais, incluindo questões de interesse mútuo ao nível regional e continental.

Na ocasião, as partes acordaram realizar no dia 30 deste mês a reunião dos peritos de Inteligência, cujo local ainda não foi avançado.

Durante a 4.^a reunião, as partes em conflito fizeram-se representar por Thérèse Kayikwamba Wagner e Olivier Jean Patrick Nduhungirehe, ministros de Estado, dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Francofonia da RDC e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Rwanda, respectivamente.

A reunião considerou e aprovou a acta da sessão ministerial de 20 e 21 de Agosto de 2024, tendo, igualmente, se debruçado sobre o relatório dos peritos de Inteligência, produzido a 29 e 30 do mesmo mês em Rubavu, Rwanda.

O relatório dos peritos, segundo dados partilhados pelo Ministério das Relações Exteriores, destaca o Plano Harmonizado de Neutralização das FDLR e o desengajamento das forças e levantamento das medidas defensivas por parte do Rwanda, cujo Conceito de Operações (CONOPS) para a sua implementação será elaborado na próxima reunião dos Peritos de Inteligência, prevista para os dias 30 de Setembro e 1 de Outubro do ano em curso.

ONU reafirma apoio às acções de paz nos Grandes Lagos

O enviado especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos, Huang Xia, afirmou, quarta-feira, em Luanda, que as Nações Unidas têm confiança na liderança do "Presidente Lourenço e, também, nos esforços que tem envidado para a conclusão definitiva da situação de segurança e de paz na Região dos Grandes Lagos”.

"As Nações Unidas estão à disposição para acompanhar e apoiar plenamente o Processo de Luanda e os esforços para conseguir a paz, a estabilidade durável na Região dos Grandes Lagos”, sublinhou o enviado de António Guterres.

Huang Xia, que manifestou o apoio no final de uma audiência concedida pelo Presidente da República, disse que a ONU está engajada em trabalhar com as autoridades angolanas e de toda a região para o alcance da paz. O encontro, acrescentou, serviu para escutar a opinião do Chefe de Estado angolano sobre o andamento da situação na região.

Sobre os acontecimentos na parte Leste da República Democrática do Congo (RDC), referiu que as Nações Unidas são da mesma opinião que o Presidente angolano, de que se deve "privilegiar a via do diálogo, da diplomacia, da política e de soluções globais que podem, de facto, levar a uma paz duradoura e não enveredar por caminhos de beligerância que podem causar mais danos”.

"As Nações Unidas partilham da visão do Presidente da República e não pouparão esforços para ajudá-lo naquilo que tem a ver com os objectivos de alcançar a paz, que tem a ver com o Processo de Luanda”, salientou.

Declarou que, se Angola e o Presidente da República estão de facto determinados a levar avante o Processo de Luanda, quer dizer que precisarão de mais apoio e ajuda. (J.A.)++++

João Lourenço envia mensagem a Félix Tshisekedi

Uma mensagem do Presidente João Lourenço para o seu homólogo da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, foi entregue, esta quinta-feira, em Kinshasa, pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António.

O teor da mensagem não foi revelado, mas sabe-se que o Chefe de Estado angolano tem exprimido a sua solidariedade para com o povo e Governo da RDC, assim como evocado o aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais, incluindo questões de interesse mútuo ao nível regional e continental, refere um comunicado do MIREX.

A mensagem do Chefe de Estado angolano foi entregue ao Presidente Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, na presença do director África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério das Relações Exteriores, do Embaixador Jorge Cardoso, e do embaixador de Angola na RDC, do Miguel Costa, entre outras entidades.

A missiva do Presidente João Lourenço para Félix Tshisekedi foi entregue a pouco menos de uma semana, depois de Luanda ter albergado, na sede do Ministério das Relações Exteriores, a 4.^a Reunião Ministerial sobre a situação de Segurança e de Paz no Leste da República Democrática do Congo. (J.A.)++++

Casal Presidencial recebe recenseadores

O casal Presidencial, João Lourenço e a esposa, Ana Dias Lourenço, foi recenseado, esta quinta-feira, às 10 horas, na residência familiar. Sob o lema "Juntos contamos por Angola", o Instituto Nacional de Estatística (INE) deu início, hoje, ao Censo Geral da População e Habitação 2024, o segundo depois da Independência Nacional.

A recolha de dados terá a duração de 30 dias e vai abranger os 164 municípios, 562 comunas, distritos, bairros e

aldeias das 18 províncias do país, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. A operação envolve mais de 92 mil profissionais, entre logísticos, motoristas, recenseadores e assistentes técnicos que vão chegar até às zonas mais recônditas do país, com o apoio das Forças de Defesa e Segurança. (J.A.)++++

Especial Censo: Agentes já percorrem casa a casa

Após a recolha de dados das pessoas em situação de vulnerabilidade social, à meia-noite, os técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE) iniciaram as entrevistas em domicílios.

Na manhã de ontem, o Presidente da República e a Primeira-Dama, assim como a Vice-Presidente da República e o esposo, receberam os agentes recenseadores nas suas residências. No fim do dia, o director do INE, José Calengi, fez um balanço positivo do primeiro dia de trabalho. (J.A.)++++

União Europeia assegura financiamento a Angola

Angola vai continuar a beneficiar do financiamento da União Europeia (UE), no âmbito do apoio à Justiça e à consolidação de um Estado Democrático e de Direito, assegurou, ontem, em Luanda, o representante da organização, Paulo Costa Leitão.

O responsável intervinha no seminário sobre "Prevenção de Branqueamento de Capitais", no âmbito do Projecto de Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Confisco de Activos (PRO-REACT), que visou esclarecer as principais alterações da Lei n.º 5/20 de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa, aprovada pela Assembleia Nacional, em Março último.

De acordo com o representante da União Europeia, torna-se cada vez mais necessária a aplicação pragmática de

uma estratégia concertada, para a perseguição e recuperação dos activos provenientes do crime, segundo as "boas práticas internacionais", de modo que os activos sejam devidamente usados nos sectores de Desenvolvimento Sustentável, conforme orientações das Nações Unidas.

Todos os países, incluindo Angola, referiu Paulo Costa Leitão, necessitam cada vez mais de fortalecer os sistemas judiciais internos com ferramentas eficazes, modernas e de interagir entre si, de modo a prevenir, combater e travar, efectivamente, correntes estruturadas do crime.

A União Europeia, disse, tem vindo a convergir com o Governo de Angola sobre a necessidade de fortalecimento do sistema de Justiça, em particular, do reforço do Estado de Direito e, conseqüentemente, do reforço das capacidades das instituições, que lidam directamente com a matéria.

Apesar das adversidades, frisou Paulo Leitão, Angola tem demonstrado uma vontade firme no sentido de se fortalecer e proteger contra a tipologia de crimes, bem como de se concertar com os vizinhos e parceiros internacionais as conquistas alcançadas, em particular os progressos na legislação nos domínios do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Para o efeito, continuou, foram executadas diversas actividades financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, de apoio ao reforço e actualização da legislação, assim como de capacitação dos serviços nacionais competentes para o combate ao tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais e à Corrupção, bem como da gestão de bens públicos.

No sector da Justiça, destacou de forma particular e específica os programas relacionados com a prevenção e luta contra o crime organizado, corrupção, branqueamento de capitais ou o confisco de activos, sublinhando a formação de

formadores como uma das prioridades. Paulo Costa Leitão disse, ainda, que, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, a UE tem vindo a privilegiar a formação de formadores nacionais, sobretudo como elemento de reforço das capacidades formativas dos sistemas, das instituições e dos sectores, mas também como um factor de sustentabilidade.

Apesar dos progressos realizados, reforçou o responsável, o país continua a apresentar debilidades estruturais, que deverão ser ultrapassadas, acrescentando que algumas das debilidades foram enumeradas no último Relatório da Avaliação Mútua do Grupo de Acção Financeira (GAFI), em que Angola beneficiou e vai continuar a beneficiar do apoio do PRO-REACT e do programa AML-CFT Global Facility, financiado pela UE.

Segundo, ainda, Paulo Leitão, a UE reconhece os desafios colocados por estes fenómenos de dimensão global e tem trabalhado, intensamente, tanto na prevenção como no combate, a nível interno dos Estados-membros, mas também ao nível da cooperação internacional, num quadro de iniciativas perspectivando o reforço de uma cooperação coordenada e sustentável.

Na prática, disse o representante da UE, em Angola foram formados mais de três dezenas de formadores nas áreas, aos quais estão a ser utilizados nos projectos e por outros parceiros nacionais e internacionais.

"Estes quadros serão estrategicamente essenciais à disseminação desta lei e de outras complementares e conexas junto dos seus pares, neste esforço fundamental para combater esses crimes", afirmou.

Angola tem grandes desafios

A vice-presidente do Tribunal Supremo, Efigênia Lima, referiu que Angola tem grandes desafios, a nível interno e internacional, no combate ao crime organizado, tráfico de

seres humanos e o terrorismo, que exigem cada vez mais o recurso à cooperação internacional. Os resultados colhidos no encontro, revelou a juíza, são consequências dos compromissos firmados no âmbito da parceria entre a República de Angola e UE, na luta contra a corrupção, branqueamento de capitais, crime organizado, bem como o tráfico de estupeficientes e outros.

O desenvolvimento da criminalidade organizada que acompanha a era da globalização, ressaltou Efigênia Lima, demonstra que os crimes são geradores de enormes proveitos e de grandes fortunas aos seus autores, e constituem uma ameaça séria à segurança dos Estados, com maior ênfase para o sistema financeiro.

Relativamente à alteração da Lei n.º 5/20 de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, Efigênia Lima referiu que a mesma apresenta aspectos relevantes para a eficácia na luta e prevenção dos crimes, bem como comunicar as entidades para suspeitar e suspender as operações ou, ainda, congelar as contas bancárias.

Aprovada em Março a Lei sobre o Branqueamento de Capitais

Angola aprovou, em Março, na Assembleia Nacional, a alteração da Lei n.º 5/20 de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

Na ocasião, a secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso, justificou a aprovação do diploma, de iniciativa do Titular do Poder Executivo, com o facto de ser um documento que vai dotar o sistema financeiro nacional de um instrumento legal para viabilizar o incremento institucional de soluções com maior

segurança jurídica no tratamento de práticas que configurem crimes de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição massiva.

A Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa, frisou Ana Celeste Cardoso, tem o propósito de adequar ao novo contexto social, económico e financeiro do país.

Ana Celeste Cardoso ressaltou, ainda, na altura, que a proposta votada por unanimidade visou proceder ao reforço da conformidade e efectividade do sistema nacional de prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa, mediante o ajustamento do quadro legal.

O diploma tem, ainda, por missão, proporcionar mecanismos de identificação, avaliação e mitigação dos factores de risco reconhecidos pelo sistema, bem como oferecer soluções de melhor conformidade das medidas de prevenção e combate aos crimes subjacentes. (J.A.)++++

Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento aguardado hoje no país

O presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Akinwumi Adesina, é aguardado hoje no país, a convite do Presidente da República, João Lourenço.

A jornada de trabalho de 24 horas de Akinwumi Adesina inicia com um encontro com o Chefe de Estado angolano. Segundo o comunicado de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso, o líder do BAD vai reunir-se com o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, e com os ministros do Planeamento, Víctor Hugo Guilherme, nas vestes de governador de Angola junto do Banco Africano para o Desenvolvimento, e das Finanças, Vera Daves

de Sousa, governadora suplente junto do BAD. No período da tarde, refere a nota, o mais alto funcionário do BAD visita a Escola 42, onde, também, vai ter um encontro com os estudantes e jovens empreendedores.

De acordo com o comunicado, ao fim do dia, o gestor vai conceder uma entrevista colectiva aos órgãos de comunicação social, nacionais e internacionais. A delegação integra a directora Geral Regional, Leyla Mokdam, o diretor de Comunicação Salomon Mugerá e gerente de Front Office, Olajide Oyewusi, à qual se junta João Ngimbi, director Executivo da Constituição de Angola, junto do Banco.

A nível local vão participar de toda a jornada, o representante residente do BAD em Angola Pietro Toigo, e a Oficial de Programa Principal do País Yolanda Arcelina. (J.A.)++++

Angola reitera aposta na implementação de reformas no PDN

A representante Permanente de Angola Junto das Nações Unidas e de outras Organizações Internacionais em Genebra, Margarida Izata, reiterou, esta quinta-feira, a aposta de Angola na implementação de reformas profundas nos sectores económico e social, articuladas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027.

A diplomata falava durante o debate do mecanismo sobre o direito ao desenvolvimento, no quadro do Conselho dos Direitos Humanos (CDH), em curso em Genebra desde o dia 9 deste mês, sobre o tema "o direito ao desenvolvimento das crianças e das gerações futuras".

Angola apoiou as sugestões de Surya Deva, relator especial das Nações Unidas sobre os direitos ao desenvolvimento, relativas a priorizar "os cinco pilares de acção" para investir no desenvolvimento da criança, nutrir a liderança responsável, permitir a participação, garantir a segurança e

facilitar a remediação, que poderão impactar rapidamente no desenvolvimento, bem como na preparação das crianças e as gerações futuras.

Margarida Izata recordou, também, que as crises multifacetadas que assolaram o mundo, recentemente, continuam a afectar e a acelerar negativamente a parceria global, assim como a erosão do progresso feito no direito ao desenvolvimento, que é central para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para as gerações futuras. (J.A.)++++

MPME absorvem 81% das compras públicas feitas entre 2018 e 2023

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) absorveram 81 por cento, dos 270 dos contratos públicos realizados no sistema de adjudicação electrónica, entre 2018 e 2023, somando um montante de mais de 357 mil milhões de kwanzas.

Os dados estatísticos foram revelados, em Luanda, pelo chefe do Departamento de Observação e Análise do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), Job Francisco, tendo detalhado que das 39 são microempresas, 270 empresas adjudicadas, 94 pequenas, 87 médias e 50 são as grandes empresas.

O percentual das empresas que participaram destes procedimentos, cerca de 35 por cento das companhias são pequenas, 32 por cento médias e 39 micro-empresas, comparativamente aos 19 por cento das grandes empresas. O sistema de adjudicação electrónica controla cerca de dois mil 551 operadores económicos, que participaram de 223 procedimentos de contratação electrónica, no período.

"No entanto, a contratação pública utilizando as novas tecnologias acaba por se revelar uma forma de acordo

recomendável porque no actual contexto quando mais concorrentes puderem ser alcançados por este serviço nacional mais se consegue gerar inclusão, economia de escala, maior empregabilidade e criar um ambiente em condições para o incentivo à utilização de produtos locais na maioria dos projectos” disse.

No que concerne à poupança, obteve-se 139 mil milhões de Kwanzas, representando 13 por cento das aquisições realizadas ao longo do tempo. Estes números resultam da redução do valor estimado em contratos do custo efectivamente incorrido.

Job Francisco, sustentou que, desde Abril de 2018, Angola dispõe de um sistema de contratação pública electrónica que utiliza resultados satisfatórios, como é o caso do envolvimento de empresas do segmento das micro, médias e pequenas empresas que acabam por revelar-se como parte importante na participação e presença cada vez mais crescente.

Em contrapartida, este assunto torna-se desafiante na medida em que requer a todas as entidades contratantes, e todos os cidadãos, as perspectivas de mudança de paradigma de contratação com transparência, igualdade, integração e inclusão com vista a garantir a sustentabilidade.

Adopção de práticas de sustentabilidade

Para Job Francisco, o impacto social de uma compra pública sustentável deve assegurar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, que do ponto de vista económico é necessário incentivar a racionalidade, o equilíbrio e a consciencialização no acto de utilização dos recursos para o alcance do bem-estar das gerações presentes e futuras.

Num primeiro momento, a contratação pública sustentável deve observar a necessidade e utilização dos recursos locais. A inovação nas compras públicas electrónicas sustentada deve fazer com que a procura e a oferta sejam

equilibradas em todos os sentidos, de maneira a impactar positivamente na vida das famílias. Outro aspecto tem a ver com a melhoria da qualidade do ambiente. Por fim, a questão da protecção e conservação das espécies humanas e vegetais.

(J.A.)++++

Número excessivo de intrusões preocupa Marinha de Guerra

A Marinha de Guerra Angolana (MGA) registou, desde 2022, mais de 40 mil intrusões de barcos de pescas junto às plataformas petrolíferas, revelou, quarta-feira, em Luanda, o comandante Valentim António.

Em declarações no encontro que juntou representantes da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG), Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, Governo Provincial de Luanda (GPL), associação pesqueiras, Valentim António disse que o objectivo é analisar as reiteradas intrusões de embarcações pesqueiras nos perímetros de segurança petrolíferas.

Além das invasões de embarcações em zonas restritas de segurança das plataformas, acrescentou o comandante da Marinha de Guerra, o que se pretende é afastar os meios que frequentemente actuam junto da base naval, já que está a beneficiar de obras de requalificação.

De acordo, ainda, com o responsável, o grande número de barcos que invadem os blocos petrolíferos e interrompem as actividades de exploração do produto, bem como os trabalhos sísmicos de pesquisa em curso.

Ao todo, esclareceu Valentim António, o exercício marítimo de exploração de petróleo custa vários mil milhões de dólares ao Estado, denunciando que os operadores de embarcações pesqueiras violam as regras instituídas, dirigem-se junto às plataformas e introduzem-se nestas áreas, a ponto de originarem diversos perigos.

Em consequência desta concertação, o comandante da Marinha de Guerra sugere às associações pesqueiras e outros operadores um trabalho em comum com o Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, GPL e outras instituições afins com vista a dar-lhes soluções relativamente às zonas a operarem.

"A Marinha tem um objectivo próprio, que é manter a segurança e a defesa do bem comum a nível nacional", disse. O director para infra-Estruturas e Serviços Técnicos do Governo Provincial de Luanda (ISTGPL), Calunga Quissanga, referiu, na ocasião, que o processo não é recente, mas assegurou que os operadores da pesca artesanal poderão continuar a exercer os actividades normais, numa zona ainda não indicada pelo GPL, por questão de segurança.

Para o secretário para Pescas Artesanal da Associação de Pesca Artesanal, Semi-industrial e Industrial de Luanda (APASIL), Cândido Silva, houve níveis preocupantes à margem das normas, por parte dos operadores, sublinhando que actualmente observa-se uma redução bastante significativa, resultante dos vários trabalhos realizados com a Marinha de Guerra Angolana e de sensibilização aos associados.

O responsável reconheceu, ainda, o perigo de trabalhar naquele perímetro, adiantando haver um espaço indicado pelo GPL, na comuna do Sarico, província do Bengo, que se encontra em condições impróprias para o exercício da actividade. Em face disso, o secretário da APASIL sugeriu, para a zona indicada, a implementação de um porto pesqueiro para a pesca artesanal. (J.A.)++++

Angola reitera aposta na implementação de reformas no PDN

A representante Permanente de Angola Junto das Nações Unidas e de outras Organizações Internacionais em

Genebra, Margarida Izata, reiterou, esta quinta-feira, a aposta de Angola na implementação de reformas profundas nos sector económico e social, articuladas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027.

A diplomata falava durante o debate do mecanismo sobre o direito ao desenvolvimento, no quadro do Conselho dos Direitos Humanos (CDH), em curso em Genebra desde o dia 9 deste mês, sobre o tema "o direito ao desenvolvimento das crianças e das gerações futuras".

Angola apoiou as sugestões de Surya Deva, relator especial das Nações Unidas sobre os direitos ao desenvolvimento, relativas a priorizar "os cinco pilares de acção" para investir no desenvolvimento da criança, nutrir a liderança responsável, permitir a participação, garantir a segurança e facilitar a remediação, que poderão impactar rapidamente no desenvolvimento, bem como na preparação das crianças e as gerações futuras.

Margarida Izata recordou, também, que as crises multifacetadas que assolaram o mundo, recentemente, continuam a afectar e a acelerar negativamente a parceria global, assim como a erosão do progresso feito no direito ao desenvolvimento, que é central para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para as gerações futuras. (J.A.)++++

Revisão da Lei Geral da Electricidade abre espaço para privados

A revisão da Lei Geral da Electricidade aprovada, recentemente, em Conselho de Ministros permitirá tão logo tenha "luz verde" da Assembleia Nacional abrir espaço para intervenção do sector privado no domínio da transmissão de energia no país.

A afirmação é do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, quando discursava na abertura do 13.º Conselho Consultivo do sector, que decorre em Luanda, até sexta-feira, 20.

"Essa abertura será fundamental para que sejam materializados os projectos de interligação transfronteiriças com a Namíbia, República Democrática do Congo (RDC) e Zâmbia, visando a exportação de energia a partir de Angola e para os quais existe um elevado apetite por parte do sector privado", sustentou João Baptista Borges.

De acordo com o ministro, entre as várias prioridades do sector destaca-se a expansão das redes de transporte e distribuição de energia, que se prevê integrar no sistema eléctrico novas províncias e regiões, promovendo, igualmente, o acesso a uma energia barata e sustentável ambientalmente para milhões de angolanos.

"O país continua a sua aposta na exploração do maior recurso renovável que possui, a água e prossegue a construção de Caculo Cabaça, com 2170 MW, ao mesmo tempo que concluiu no presente ano a reabilitação e modernização dos aproveitamentos hidroelectricos do Luachimo, Matala e Cunje", assegurou.

Com essa evolução, precisou, a matriz incorpora já 66% de capacidade de produção renovável, o que constitui uma notável evolução nos últimos dez anos. (J.A.)++++

Abertas candidaturas para “Prémio Hans-Maathofer”

Estão abertas as candidaturas para o “Prémio Hans-Maathofer” que se destina a homenagear os economistas e cientistas sociais anunciou, hoje, a Associação de Jornalistas Económicos de Angola (AJECO).

O prémio pretende homenagear os jornalistas além da teoria económica padrão ou da corrente macroeconómica

para dar novas respostas aos grandes desafios económicos e sociopolíticos. As candidaturas estarão abertas até 15 de Outubro deste ano e devem ser feitas a partir do formulário disponível no website" www.fes.de/apb".

O galardão será atribuído em categorias como livro e trabalhos publicados na imprensa via Online, TV, Rádio, Multimídia, Artigos em Revistas especializadas, Blogues, Podcasts ou em formato de Vídeo.

Segundo um comunicado, consultado pelo JA Online, o montante do prémio é de 12.000,00 euros para o Livro e 8.000,00 euros para Media, e a entrega será feita na Primavera de 2025 (de 20/03/2025 a 21/06/2025), em Berlim, na Alemanha. (J.A.)++++

Censo 2024: INE cumpriu objectivos traçados no primeiro dia

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), José Calengi, considerou, esta quinta-feira, em Luanda, que foram cumpridos os objectivos traçados no primeiro dia de início do Censo Geral da População e Habitação 2024, sobretudo, pela abrangência feita aos sem-abrigo.

José Calengi falava em conferência de imprensa sobre o ponto de situação do "balanço" das primeiras horas/dia do arranque censitário em todo o país. "Também tivemos a oportunidade de recensear entidades do país que transmitiram mensagens de mobilização para adesão da população ao Censo", afirmou.

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística sublinhou, igualmente, que tendo em conta a complexidade do processo algumas situações foram melhoradas. (J.A.)++++

Luanda lidera actos de vandalismo em equipamentos de energia e água

A província de Luanda é onde se regista com maior frequência e dimensão actos de vandalismo fez saber, esta quinta-feira, o ministro do sector, João Baptista Borges.

"Este facto coloca em evidência a necessidade de continuarmos a encontrar respostas e soluções que possam reduzir esses impactos na qualidade e regularidade do serviço", declarou o ministro ao discursar na abertura do 13.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas.

João Baptista Borges informou, também, que foi iniciada a recuperação das redes de iluminação pública vandalizadas, "graças a mais um investimento aprovado pelo Executivo, que permitirá repor em funcionamento a iluminação das principais artérias da cidade de Luanda".

Ainda em Luanda, no âmbito do PIIM, está em curso a construção das redes de média, baixa tensão e 20 mil ligações domiciliárias, incluindo a subestação Vila Flor que irá beneficiar cerca de 120 mil habitantes nas zonas de Vila Flor A, B, Mulenvos Sul, Progresso 2, e Santo António. (J.A.)++++

Defendidos mecanismos para protecção dos cidadãos

A secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário, defendeu, quarta-feira, em Luanda, que o Comité de Luanda do sector deve continuar a estender os mecanismos locais, na promoção e protecção dos cidadãos, no âmbito da Estratégia Nacional.

Ana Celeste Januário fez tais declarações na 1ª Conferência Municipal do Comité Local de Direitos Humanos de Luanda, sob o lema "Os Comités Locais de Direitos Humanos na Vanguarda da Promoção, Defesa e Protecção dos Direitos Humanos", promovido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, através do Comité Provincial dos Direitos

Humanos de Luanda, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), decorreu no Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) do Rangel.

A Conferência, disse a secretária de Estado, insere-se no reforço dos Comités Locais de Direitos Humanos em várias províncias do país, incluindo em Luanda, que visa promover a participação comunitária na educação e protecção dos Direitos Humanos, bem como coordenar e apoiar na capacitação e extensão dos distritos e comunas.

Ana Celeste Januário garantiu, ainda, que a aprovação da alteração do Regulamento dos Comités através do Decreto Executivo nº 240/20 de 2 de Outubro e da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos e do Plano de Acção, enquadra-se no Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e do Regulamento do Prémio Nacional dos Direitos Humanos.

A secretária de Estado acrescentou que se conseguiu implementar 18 Comités Provinciais, 164 Comités Municipais e 104 Comunais e Distritais, dos quais 15 foram criados no decurso deste ano.

"Ao longo do nosso trabalho em prol da promoção e protecção dos Direitos Humanos, temos registado avanços e desafios no que toca ao desconhecimento das normas de Direitos Humanos e da Constituição, questões ligadas à violência contra a mulher e violência contra a criança, protecção dos grupos mais vulneráveis especial, pessoas com deficiência, acesso e qualidade de alguns direitos económicos sociais e culturais, interpretação e aplicação de alguns direitos Cívicos e Políticos, desafios dos novos direitos, direitos dos entes não humanos, do uso e regulação da Inteligência artificial e de outras questões transversais", referiu. (J.A.)++++

Carteira e Ética: Comissão controla mais de três mil jornalistas profissionais em Angola

A Comissão de Carteira e Ética (CCE) controla, actualmente, 3.345 jornalistas em todo o país, anunciou, quinta-feira, em Luanda, a presidente da instituição, Luísa Rogério, durante uma visita de constatação à empresa Edições Novembro.

Luísa Rogério disse que a visita de constatação tem sido observada em todos os órgãos de Comunicação Social, para averiguar se os jornalistas estão habilitados com a carteira que os permite exercer a sua actividade na legalidade, porque há profissionais, em algumas instituições, que trabalham sem o documento profissional e outros não fazem a sua renovação.

A presidente da comissão destacou que a carteira, além de ser uma identificação que habilita ao exercício da profissão, serve também para proteger e salvaguardar o jornalista de eventuais constrangimentos.

De acordo com a presidente da CCE, uma das vantagens da carteira é permitir o exercício contínuo da profissão, mesmo após a reforma do jornalista, assim como lhe dá o direito de competir aos prémios ligados à carreira.

Outra vantagem, prosseguiu, é o acesso à obtenção da carteira internacional, pois só pode recebê-la quem estiver inscrito no Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), por ser o órgão competente para tratar deste documento.

A presidente da CCE garantiu que todos os jornalistas estrangeiros, que desempenham a profissão em Angola, estão registados e possuem a carteira, porque a lei não permite que um profissional ou estagiário exerça o jornalismo por mais de 45 dias sem estar habilitado.

Na ocasião, a responsável do Conselho de Ética da CCE, Maria de Lurdes, disse que apesar dos esforços da Comissão

para regular a actividade jornalística no país, há, ainda, profissionais que infringem a lei. Para estes, garantiu que serão penalizados. As penas podem resultar em multas, advertências, censura e suspensão. "As multas podem rondar o valor máximo de dez salários mínimos e o mínimo de três", revelou.

Maria de Lurdes considera que a valorização do jornalismo passa pela regulamentação da classe, por essa razão as visitas aos órgãos de comunicação servem para sensibilizar as instituições e os profissionais da responsabilidade que têm.

A responsável pelo Conselho de Ética apelou à prática de denúncias contra os profissionais que insistem em infringir os deveres éticos e deontológicos dos jornalistas. Para o efeito, as pessoas podem fazer as denúncias de forma anónima e o denunciante não terá os seus dados partilhados, tendo em conta o sigilo profissional.

Em relação à empresa Edições Novembro, garantiu que a instituição não tem tido queixas desta natureza, mas alerta que alguns jornalistas estão com as carteiras vencidas e precisam regularizar a situação.

A Comissão de Carteira e Ética tem como missão assegurar o funcionamento do sistema de creditação dos profissionais de informação da Comunicação Social, assim como coordenar e acompanhar o trabalho dos jornalistas e órgãos nacionais e estrangeiros, nos termos da lei. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 20 de setembro de 2024